

Carlos André é o novo Procurador-Geral de Justiça

Carlos André Mariani Bittencourt foi nomeado Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2013/2014. O ato do governador Antonio Anastasia foi publicado no Diário Oficial do dia 15 de novembro. O novo procurador-geral foi o mais votado da lista tríplice, com 598 votos, seguido de Antônio Sérgio Tonet, com 480 votos, e Gisela Potério, com 288 votos na eleição realizada nos dias 5 e 6 de novembro. Carlos André ingressou no Ministério Público em outubro de 1990, iniciando sua carreira na Comarca

de Ibiraci. Atuou nas comarcas de Diamantina, Barbacena e Belo Horizonte. Exerceu funções junto à Procuradoria Regional Eleitoral. Entre 2000 e 2001, dirigiu o Centro de Apoio Operacional Estadual do MPE. Foi Chefe de Gabinete da PGJ (2008). Nos anos seguintes, integrou a Câmara de Procuradores de Justiça. Em fevereiro de 2011, assumiu o cargo de Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo. Também exerceu os cargos de diretor financeiro e 3º vice-presidente da AMMP.



Divulgação PGJ

Carlos André estará à frente da PGJ no biênio 2013-2014

Governador Valadares, Pouso Alegre e Divinópolis recebem Agenda Cultural

A Agenda Cultural da AMMP chegou a Governador Valadares, no Leste mineiro, Pouso Alegre, no Sul do Estado, e Divinópolis, na região Centro-Oeste, nos dias 18, 24 de outubro e 9 de novembro, respectivamente.

O presidente Nedens Ulisses coordenou reuniões de trabalho, discutindo questões classistas e institucionais. Palestras e confraternização entre associados também marcaram os três encontros.



Pedro Henrique

Nedens Ulisses, ao centro, presidiu as reuniões

Cooperativa antecipa Imposto de Renda e verbas indenizatórias

PÁGINA 6

Concurso premia as Melhores Práticas do Ministério Público

PÁGINA 7

Super Master é bicampeão do do Nacional de Futebol Society

PÁGINA 16

AMMP e Conamp trabalham para derrubar a PEC da Impunidade

O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Mattar Jr., e o presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedenis Ulisses Vieira, se reuniram no dia 30 de outubro com parlamentares e o relator da PEC 37, deputado Fábio Trad (PMDB/MS), para que fossem preservados os entendimentos estabelecidos, no sentido da manutenção do poder de investigação criminal pelo MP.

De autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), a proposta, conhecida como PEC da Impunidade, acrescenta parágrafo ao artigo 144 da Constituição Federal, estabelecendo que a apuração das infrações penais seja competência privativa das polícias Federal e Civil. Atualmente, por determinação constitucional, o Ministério Público e outras instituições também exercem a atividade de investigação criminal.



Senador Romero Jucá recebe a Conamp



Nedenis Ulisses, César Mattar e Randolfe Rodrigues

Outros assuntos são discutidos no Senado

No dia 31 de outubro, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) recebeu César Mattar e Nedenis Ulisses para tratar da PEC da Impunidade e de outros assuntos de interesse do Ministério Público. O senador é um dos parlamentares comprometidos com a causa. Também foram discutidos outros assuntos de interesse do MP, como os depósitos judiciais e a eleição direta para Procurador-Geral de Justiça.

O Projeto de Lei (PL) nº 7.412 de 2010 trata da utilização de depósitos judiciais pelo Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e procuradorias dos estados. O PL, de autoria do deputado José Otávio Germano (PP-RS), estabelece que o MP, a Defensoria e a procuradorias dos estados

e do Distrito Federal também poderão utilizar recursos provenientes de depósitos judiciais. Atualmente, apenas o Poder Judiciário, em alguns estados, tem participação nesses recursos.

Os valores deverão ser direcionados para fundos específicos para a modernização do Judiciário, MP, Defensoria e Procuradoria; construção, recuperação, reforma e restauração física de prédios; compra de equipamentos em geral; implantação e manutenção de sistemas de informática; pagamento de advogados designados para atuar na justiça gratuita onde não houver Defensoria Pública; treinamento e especialização de membros e servidores dos tribunais, MPs, defensorias e procuradorias.

Já a PEC 31/09, de autoria do senador Expedito Júnior (PDT/RJ) dá redação ao parágrafo 3º do art. 128 da Constituição, para dispor que os procuradores-gerais dos estados e do Distrito Federal sejam escolhidos pelos integrantes dos respectivos MPs.

Atualmente, os PGJs são escolhidos pelos chefes do Executivo, que recebem lista triplíce com os candidatos ao cargo, eleitos pelos integrantes dos MPs. Segundo a Constituição Federal, qualquer um dos integrantes da lista pode ser nomeado, independentemente da colocação.

A nomeação do candidato mais votado sempre foi defendida pelos membros do MP, por representar a vontade da maioria dos integrantes da carreira.



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammmp@ammmp.org.br
www.ammmp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente
Nedenis Ulisses
Freire Vieira

1º vice-presidente:
Shirley Fenzi Bertão
2º vice-presidente
João Medeiros Silva Neto

3º vice-presidente
Edson Ribeiro Baêta

4º vice-presidente
Gilberto Osório Resende

1º diretor administrativo
Selma Maria
Ribeiro Araújo

2º diretor administrativo
Valéria Dupin Lustosa

1º diretor financeiro
Carlos Henrique
Torres de Souza

2º diretor financeiro
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres
Bárbara Peixoto
Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Edições Geraes Ltda.

Tiragem
1.000 exemplares

Agenda Cultural 2012 realiza mais três edições

A nona edição da Agenda Cultural 2012 da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) foi realizada dia 18 de outubro, em Governador Valadares. O presidente Nedens Ulisses, acompanhado do terceiro vice-presidente Édson Bâeta, coordenou reunião de trabalho com os associados da Seção Regional. Foram discutidos assuntos clássicos e institucionais.

Depois da reunião, o promotor de Justiça de Uberlândia Wagner Marteleto Filho ministrou palestra sobre a “Investigação genética no Processo Penal: onde estamos e pra onde vamos?” para promotores e estudantes de Direito da Fadvale, no auditório da faculdade.

Encerrando as atividades, os associados e seus familiares participaram de confraternização.

FOTOS: PEDRO HENRIQUE



▲ Auditório da Fadvale, em Valadares

◀ Promotores e estudantes da Fadvale assistiram à palestra



Pouso Alegre recebe a 10ª edição

No dia 24, a décima edição da Agenda chegou a Pouso Alegre, no Sul do Estado. Participaram o presidente Nedens Ulisses, o terceiro vice-presidente Édson Baêta e a diretora administrativa Selma Ribeiro Araújo, que se reuniram com os associados da Seção Regional.

Após a reunião, o procurador de Justiça Rogério Greco falou sobre “Direito Penal na atualidade” para os promotores e estudantes de Direito da Faculdade de Direito do Sul de Minas.

Associados e seus familiares participaram de confraternização ao final das atividades.



▲ Nedens coordenou a reunião com os membros da Regional



◀ Rogério Greco



△ A psiquiatra Ana Beatriz fez palestra sobre “Mentes perigosas”

Divinópolis sedia o último encontro do ano

A última edição do ano da Agenda Cultural foi realizada, no dia 9 de novembro, em Divinópolis, no Centro-Oeste mineiro. A reunião de trabalho com associados foi coordenada por Nedens Ulisses Freire Vieira, na Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão.

À noite, a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva ministrou a palestra “Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado”, na Faculdade Pitágoras. Ana Beatriz é membro da Academia de Ciências de New York, professora *honoris causa* pela UNIFMU (SP), presidente da Associação dos Estudos do Distúrbio de Déficit de Atenção (SP), diretora das Clínicas Medicina do Comportamento no Rio de Janeiro e em São Paulo. Participou do curso de Avaliação e Tratamento em Psiquiatria no Departamento de Psiquiatria da University of Chicago Hospitals, sob a supervisão dos doutores Elliot Gershon e Deborah Sptiz.

Ana Beatriz ficou conhecida por suas análises de assassinatos de grande repercussão em programas de TV e jornais. É autora, dentre outros, de *Corações Descontrolados*, *ciúmes*, *raiva*, *impulsividade*, *o jeito borderline de ser*; *Mundo singular*, *entenda o autismo* (com outros autores), *Mentes ansiosas*, *medo e ansiedade além dos limites*; *Bullying*, *mentes perigosas nas escolas*; e *Mentes inquietas*.

EM DIA

PEC 37, eleições, saúde mental e garantias do processo penal são temas d’A Voz do Ministério Público

Mais quatro programas *A Voz do Ministério Público* foram produzidos pela AMMP em outubro e novembro. A 16ª edição discutiu, no dia 2 de outubro, a PEC 37, conhecida como PEC da Impunidade, que tramita no Congresso Nacional. Esse projeto de emenda à Constituição restringe o poder da investigação criminal às polícias judiciárias. Os entrevistados foram o presidente da AMMP, Nedens Ulisses, e o promotor de Justiça da Comarca de Itaúna que atua na área criminal Fábio Galindo Silvestre.

O papel do Ministério Público no processo eleitoral e o balanço das eleições deste ano foram abordados na 17ª edição, que foi ao ar no dia 16 de outubro, com o promotor de Justiça Edson de Resende Castro, coordenador do Centro de Apoio às Promotorias Eleitorais do Ministério Público de Minas Gerais (Cael).

A 18ª edição d’*A Voz do Ministério Público*, do dia 30 de

outubro, abordou as atribuições da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde na área de saúde mental. O promotor de Justiça Bruno Alexander Vieira Sares falou ainda sobre dependência química, tratamento dos usuários de droga e internação compulsória.

A 19ª edição analisou aspectos controvertidos da ciência processual penal e das investigações criminais, tais como o direito ao silêncio e seus reflexos nos interrogatórios, a coleta de material genético para exames de DNA, a obrigatoriedade do exame do bafômetro, as interpretações telefônicas e outros temas relativos à garantia contra a autoincriminação. O promotor de Justiça Wagner Marteleto Filho da Comarca de Uberlândia, professor de Direito Processual Penal, especialista em Ciências Penais e mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Uberlândia foi o entrevistado do dia 13 de novembro.

Apresentações

O programa inédito vai ao ar às terças-feiras, às 20 horas, pela TV Comunitária de Belo Horizonte - canal 6 da NET, canal 13 - OI e pelo site www.tvcbh.com.br. É reprisado nos mesmos canais às terças e quintas-feiras, às 20 horas; aos sábados, às 8h30; e aos domingos, às 13 horas.

A *Voz do Ministério Público* vai ao ar também pela TV Assembleia (canal 11 da NET, 35 e 612 TV aberta) às segundas-feiras, às 19 horas; às quartas-feiras, às 2 horas; às quintas-feiras, às 5 horas; e, aos sábados, às 6h30. Todos os programas estão disponíveis no site www.ammp.org.



▲ Benny Cohen, Nedens Ulisses e Fábio Galindo



▲ Édson de Resende

O papel do Ministério Público no processo eleitoral e o balanço das eleições deste ano



▲ Bruno Alexander

As atribuições da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde na área de saúde mental



▲ Wagner Marteleto

Aspectos controversos da ciência processual penal e das investigações criminais

Sicoob JUS-MP tem serviços especiais

Antecipação de verbas indenizatórias, adiantamento de IR e de 13º salário e desconto de cheque são alguns dos serviços especiais oferecidos pela Sicoob JUS-MP - Cooperativa de Crédito.

É disponibilizada linha de crédito especial que antecipa o pagamento das verbas indenizatórias do MP, com agilidade e pequena taxa, informa o presidente Amando Prates. Para tal, foi firmado convênio com a Procuradoria-Geral de Justiça.

A Cooperativa antecipa também até 80% do valor da restituição do Imposto de Renda, com pequena taxa de juros. O pagamento é feito em parcela única, quando a restituição é liberada pela Receita Federal. Para ter acesso a esse benefício, o interessado deve indicar o Sicoob JUS-MP como domicílio bancário na declaração do IR. Ao solicitar o serviço, deve apresentar a cópia do recibo da declaração e o último contracheque.

Quem recebe o vencimento na Cooperativa pode também contar com 70% de adiantamento do 13ºsalário. O recurso é quitado em parcela única, por



Fotos: Bárbara Pinheiro

ocasião do depósito do 13º em conta. Esse serviço é disponível apenas aos cooperados que possuem o serviço Crédito-Salário.

▼ Matriz do Sicoob JUS-MP no prédio da AMMP



▲ Amando Prates, presidente

“É disponibilizada linha de crédito especial que antecipa o pagamento das verbas indenizatórias do MP”

Liberação é rápida

Linha de crédito especial para empréstimo, conforme a expectativa do associado, com as menores taxas e os melhores prazos, é oferecida pela Cooperativa, com custo abaixo do praticado pelo mercado. A liberação é feita em dois dias úteis. As parcelas são descontadas em folha de pagamento e não podem ultrapassar 30% do valor líquido do contracheque.

A Cooperativa tem também financiamento para veículos novos ou usados, em até 60 meses com as melhores taxas de mercado, variáveis de acordo com o *credit score*. Quanto mais o cooperado participa, menor é a taxa. O pagamento é feito com desconto em folha, débito em conta ou boleto bancário. Além de cartões de crédito, oferece ainda planos de previdência privada e seguros.

O Sicoob JUS-MP nasceu da união de duas grandes cooperativas. Em março de 2010, a MPCRED (Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais) e a Coopermagis (Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Poder Judiciário do Estado) juntaram forças e *expertises* para formar o Sicoob JUS-MP (Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público).

A convergência de valores e princípios foi determinante para a aliança societária. Maior e mais robusta, com aumento dos ativos, mais pontos de atendimento e carteira mais ampla de serviços, o Sicoob JUS-MP ganhou poder de escala, com a redução de custos, taxas de aplicação maiores e juros menores em financiamentos.

As cooperativas

A MPCred foi inaugurada em 21 de janeiro de 2000, graças ao pioneirismo de 43 sócio-fundadores. O primeiro diretor-presidente foi Tomáz de Aquino Rezende. À época da união com a Coopermagis, tinha cerca de 1.500 coopera-

dos, congregando os servidores e membros do Ministério Público mineiro.

A Coopermagis teve início em 11 de outubro de 2001, com 30 sócios fundadores e capital inicial de R\$ 15 mil. Convênio com os

tribunais de Justiça, de Alçada, de Justiça Militar e Regional Eleitoral, que autorizaram descontos em folha de seus 650 cooperados, constituiu relevante papel na consolidação das condições favoráveis a seu funcionamento.

Concurso Melhores Práticas do Ministério Público premia trabalhos de associados

A entrega dos prêmios do Concurso Melhores Práticas do Ministério Público será realizada durante o jantar de confraternização da AMMP, no dia 23 de novembro. O objetivo do concurso, além de reconhecer a excelência da produção intelectual na atuação jurídico-processual do MP, é disseminar e estimular ações de modernização que contribuam para a efetividade de sua missão, bem como dar visibilidade às práticas de sucesso, contribuindo para a construção da imagem de um MP mais moderno e eficiente junto à opinião pública em geral.

O promotor de Justiça Renato Antônio Boechat de Araújo Magalhães, de Itaúna, foi o campeão do Concurso Melhores Práticas, na categoria extrajudicial, com o trabalho "Justiça na escola - aprendizado para a cidadania". O segundo lugar coube ao Grupo Especial

de Promotores de Defesa do Patrimônio Público (GEPP), pelo trabalho "Atendimento eletrônico online: a requisição de informações pelo Ministério Público"; ficando o terceiro lugar com o promotor de Justiça Athaide Francisco Peres Oliveira, de Unaí, que apresentou o trabalho "Resolutividade e defesa alimentar".

Na categoria judicial, os vencedores foram o promotor de Justiça Fábio Reis de Nazareth, de Contagem, com inicial de Ação Civil Pública na área da Defesa do Consumidor. As promotoras Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema e Matilde Fazendeiro Patente, de Belo Horizonte, ficaram com o segundo lugar com peça processual em Ação Civil Pública na área da Defesa da Infância e da Juventude; e os promotores Leonardo Castro Maia, Carlos Eduardo Fernandes Neves, Paulo Maurício Simão, de Governador

Valadares, ganharam o terceiro lugar com peça processual em Ação Civil Pública na área Ambiental.

Programa e placa

Os prêmios são para cada categoria um tablet, inscrição, traslado e hospedagem para o 20º Congresso Nacional do Ministério Público, em 2013 (1º lugar); inscrição, traslado e hospedagem no 20º Congresso (2º lugar); inscrição e hospedagem no congresso (terceiro lugar). Os vencedores terão seus trabalhos indicados para anotação de nota abonadora em suas fichas funcionais, além da divulgação dos mesmos no programa de TV da AMMP, sem prejuízo de outros meios de comunicação, além de placa personalizada com a menção ao trabalho premiado.

A comissão julgadora foi composta pelos promotores Antônio Joaquim Schellenberger Fernandes, Antônio de Pádua Marchi Júnior, Marcelo de Oliveira Milagres, Alex Fernandes Santiago, José Aparecido Gomes Rodrigues, José Carlos Fernandes Junior, Tatiana Marcellini Gherardi e Antônio Sérgio Rocha de Paula.

Prêmio de Jornalismo Chico Lins recebe inscrições até 30 de novembro

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) recebe até o dia 30 de novembro inscrições à 1ª edição do Prêmio de Jornalismo Promotor de Justiça Chico Lins sobre a atuação do Ministério Público para a promoção da justiça. Podem participar jornais, revistas e sites. Caberá ao primeiro lugar R\$ 10 mil; ao segundo, R\$ 5 mil; e ao terceiro, R\$ 2,5 mil. A entrega será feita no dia 25 de janeiro de 2013, quando serão celebrados 11 anos da morte

do promotor de Justiça Francisco Lins.

O material de autoria de um ou mais profissionais, em forma de reportagens, séries de reportagens, ensaios, coberturas sequenciais de eventos ou outras formas de publicação deve ter sido veiculado de 1º de janeiro de 2012 a 30 de novembro de 2012.

O candidato deve encaminhar os documentos à Comissão de Julgamento, via Correios, na modalidade Sedex, até o dia 30 de novembro, data-limite para

postagem, para a Comissão de Julgamento do 1º Prêmio de Jornalismo Promotor de Justiça Chico Lins – Rua Timbiras, 2.928 – Barro Preto (Assessoria de Comunicação Social), CEP 30140-062, Belo Horizonte, Minas Gerais.

A divulgação dos resultados de julgamento será feita em 2 de janeiro de 2013, pelo site da AMMP (www.ammp.org.br), junto à imprensa e no AMMP Notícias. O edital se encontra no site www.ammp.org.br.



**Você escolheu o carro dos seus sonhos.
Agora precisa escolher o melhor seguro.**

A Siena Corretora de Seguros tem excelentes opções em seguro de veículos para você, que é associado da AMMP. As melhores coberturas, custos imbatíveis.

Ligue pra gente e solicite um orçamento.

Acesse www.sienaseguros.com.br ou ligue para **0800 771 1231** e saiba mais sobre Seguros para Veículos.



Supremo condena 25 e absolve 12 no julgamento do mensalão

Vinte e cinco réus foram condenados pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Foram absolvidos 12 das acusações de integrar esquema de desvio de recursos públicos e obtenção de empréstimos fraudulentos para o pagamento de propina a parlamentares da base aliada, beneficiando o Governo Lula em votações no Congresso. No dia 7 de novembro, começou a fixação das penas.

Entre os condenados estão o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoíno, o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares e Marcos Valério, apontado como operador do esquema do mensalão.

O STF condenou os réus pelos crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, evasão de divisas, formação de quadrilha, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro e peculato.

Sete itens foram analisados: desvio de dinheiro na Câmara e no Banco do Brasil,

gestão fraudulenta no Banco Rural, lavagem de dinheiro, corrupção por parte de partidos da base aliada e corrupção ativa, lavagem de dinheiro por parte do PT e formação de quadrilha.

Entre os absolvidos pela corte nos diversos itens, estão o ex-ministro de Lula Luiz Gushiken e o empresário Duda Mendonça, porque os ministros entenderam que não havia provas da participação deles e de mais sete acusados no esquema.

Os ministros que votaram pela absolvição de determinado réu (e foram vencidos pela maioria, pró-condenação) não participam do cálculo da pena do acusado, afinal condenado. O voto do relator será o referencial para a fixação das penas. Se um ministro tiver voto parecido com o de Barbosa, ele acompanha o relator, o primeiro a votar. Se houver divergência expressiva, esse ministro se manifestará separadamente. Os

ministros seguintes poderão, então, seguir o voto do relator ou os votos divergentes eventualmente apresentados.

Para os ministros, isso diminuirá o risco de haver dez votos distintos para cada réu, o que ampliaria a discussão sobre os critérios e prolongaria o julgamento.

Após todos os votos, será feita uma média em relação às propostas. O presidente do STF, Carlos Ayres Britto, considera que com muitos votos diferentes o cálculo pode ser complexo e demorado.

Depois das penas, o Supremo também deve decidir se vai determinar a perda do cargo dos três deputados federais condenados: Valdemar, João Paulo Cunha (PT-SP) e Pedro Henry (PP-MT).

A relação de todos os condenados, absolvidos e casos de empate (há réus que foram absolvidos de um crime e condenados por outro) está nas caixas abaixo:

Condenados

Bispo Rodrigues (lavagem de dinheiro e corrupção passiva), Breno Fishberg (lavagem de dinheiro), Cristiano Paz (corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha), Delúbio Soares (corrupção ativa e formação de quadrilha), Emerson Palmieri (lavagem de dinheiro e corrupção passiva), Enivaldo Quadrado (formação de quadrilha e lavagem de dinheiro), Henrique Pizzolatto (corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro), Jacinto Lamas (lavagem de dinheiro e corrupção passiva), João Cláudio Genu (formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção passiva), João Paulo Cunha (corrupção

passiva, peculato e lavagem de dinheiro), José Borba (corrupção passiva), José Dirceu (corrupção ativa e formação de quadrilha), José Genoíno (corrupção ativa e formação de quadrilha), José Roberto Salgado (gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, formação de quadrilha), Kátia Rabello (gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, formação de quadrilha), Marcos Valério (Corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha), Pedro Corrêa (formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção passiva), Pedro Henry

(lavagem de dinheiro e corrupção passiva), Ramon Hollerbach (corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha), Roberto Jefferson (lavagem de dinheiro e corrupção passiva), Rogério Tolentino (lavagem de dinheiro, corrupção ativa, formação de quadrilha), Romeu Queiroz (lavagem de dinheiro e corrupção passiva), Simone Vasconcelos (lavagem de dinheiro, corrupção ativa, evasão de divisas, formação de quadrilha), Valdemar Costa Neto (lavagem de dinheiro e corrupção passiva), Vinícius Samarane (gestão fraudulenta e lavagem de dinheiro).

Parcialmente absolvidos

Breno Fischberg (formação de quadrilha), Cristiano Paz (evasão de divisas), Jacinto Lamas (formação de quadrilha), João Paulo Cunha (peculato), José Borba (lavagem de dinheiro), Pedro Henry (formação de quadrilha), Valdemar Costa Neto (formação de quadrilha), Vinícius Samarane (formação de quadrilha e evasão de divisas).

Absolvidos

Anderson Adauto (corrupção ativa e lavagem de dinheiro), Anita Locádia (lavagem de dinheiro), Antônio Lamas (lavagem de dinheiro e formação de quadrilha), Ayanna Tenório (gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha), Duda Mendonça (lavagem de dinheiro e evasão de divisas), Geiza Dias (lavagem de dinhei-

ro, evasão de divisas e formação de quadrilha), João Magno (lavagem de dinheiro), José Luiz Alves (lavagem de dinheiro), Luiz Gushiken (peculato), Paulo Rocha (lavagem de dinheiro), Professor Luizinho (lavagem de dinheiro) e Zilmar Fernandes (lavagem de dinheiro e evasão de divisas).

As informações são do STF.



Joaquim Barbosa assume a presidência do Supremo Tribunal

O ministro Joaquim Barbosa assumiu no dia 22 de novembro a Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), em substituição ao ministro Ayres Britto, que se aposentou. O vice-presidente é o ministro Ricardo Lewandowski.

Na Corte desde 2003, aos 58 anos, o relator do processo do mensalão conquistou simpatia popular e desafetos no STF, protagonizando embates virulentos com colegas. Os recentes confrontos com o revisor da ação penal que trata do mensalão, ministro Ricardo Lewandowski, e discussões com Marco Aurélio Mello e críticas ao ex-ministro Cezar Peluso foram públicos.

Condenações

Responsável pelos votos que condenaram a maior parte dos réus por operar esquema de compra de votos no Governo Lula, presidente que o indicou para o

Tribunal, faz questão de ser duro quando defende seus pontos de vista, não medindo palavras para rebater as críticas.

Barbosa agradeceu aos colegas a escolha de seu nome. “Gostaria de agradecer a todos os colegas pela confiança em eleger-me ao cargo de presidente da Corte e também dizer da minha elevada honra em ser eleito e futuramente exercer a presidência da casa,” afirmou. Para o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, Lewandowski e Barbosa formarão uma “dupla à altura” da história do Tribunal.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, lembrou que Barbosa foi integrante do Ministério Público. “É motivo de orgulho e de honra. Desejamos todo o sucesso à frente da Suprema Corte”, afirmou.



Divulgação STF

▲ Barbosa substitui Ayres Britto

Mineiro

O mineiro Joaquim Barbosa nasceu em Paracatu, Noroeste do Estado. De origem pobre, seu pai, já falecido, era pedreiro e a mãe, dona de casa. Morou de favor na casa de parentes em Brasília e estudou em escola pública. Trabalhou como faxineiro e foi compositor gráfico no Senado.

É doutor e mestre em Direito Público pela Universidade de Paris. Também terminou mestrado em Direito de Estado na Universidade de Brasília (UnB). É professor licenciado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Barbosa fala quatro idiomas: francês, inglês, alemão e italiano.

“Gostaria de agradecer a todos os colegas pela confiança em eleger-me ao cargo de presidente da Corte e também dizer da minha elevada honra em ser eleito e futuramente exercer a presidência da casa”

Divulgação STJ



▲ Zavascki defende o poder de investigação do MP

Zavascki é aprovado no Senado

Por 57 a 4, o plenário do Senado aprovou a indicação de Teori Zavascki, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para o Supremo Tribunal Federal (STF). Indicado pela presidente Dilma Roussef, Zavascki vai ocupar a vaga de Cezar Peluso, que se aposentou.

A indicação do ministro foi aprovada no dia 17 de outubro na

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, por 18 votos a favor e uma abstenção.

Na primeira sessão para sabatiná-lo, em setembro, a oposição e senadores independentes da base aliada obstruíram a sabatina, porque queriam a garantia de que Zavascki não participaria do julgamento do mensalão. Temia-se que ele pedisse vista do processo e atrasasse a condenação da cúpula do PT e dos demais denunciados no caso.

O novo ministro do Supremo,

na sessão da CCJ, defendeu a manutenção do foro privilegiado para autoridades, e o poder de investigação do Ministério Público. Ele criticou a transparência do processo de tomada de decisões pelo STF: “O excesso de exposição não colabora para as boas decisões (do STF). Esse sistema brasileiro é inédito. Em geral, nas cortes de Justiça de outros países, as decisões são tomadas em sessões reservadas e depois são publicadas bem fundamentadas”.



CNMP processa Demóstenes

Os conselheiros decidiram também manter o afastamento de Demóstenes do cargo enquanto durar o processo

“Como ele fez a opção pelo regime anterior, me parece que não há vitaliciedade [do cargo], mas essa é uma discussão que será alvo de grande debate”

Se o CNMP entender, ao fim do processo, que o cargo dele é vitalício, mas quiserem aplicar a pena máxima, deverão mover ação judicial pedindo a demissão do cargo

Por unanimidade, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) decidiu, em 25 de outubro, abrir processo administrativo disciplinar contra o ex-senador Demóstenes Torres. Os conselheiros entenderam que Demóstenes terá que explicar as acusações de que utilizou seu cargo de procurador de Justiça do Estado de Goiás para favorecer os interesses da quadrilha do empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Conforme a decisão, a investigação que vem sendo feita no MP goiano sobre a conduta do ex-senador será remetida ao Conselho para ser anexada ao processo administrativo. Os conselheiros decidiram também manter o afastamento de Demóstenes do cargo enquanto durar o processo.

Ao fim do processo, se decidirem pela pena máxima, os membros do Conselho precisarão decidir se ele pode ou não ser demitido. Há questionamento se o cargo de procurador de Justiça por ser vitalício impediria demissão por simples processo administrativo. O corregedor nacional do Ministério Público, Jeferson Coelho, entende que não e defende a demissão de Demóstenes.

Para o corregedor, com a Constituição de 1988, os membros do Ministério Público (MP) puderam optar se queriam ter

liberdade de se filiar a partidos políticos e concorrer a cargos eletivos e, assim, perder a vitaliciedade do cargo. Depois de 88, se um membro do MP concorrer a cargo eletivo, deve se exonerar da função que exerce.

Na opinião do corregedor, quando Demóstenes optou por

Prazo

A conclusão do processo administrativo tem prazo de 120 dias, prorrogáveis por igual período. Demóstenes pode ficar afastado do cargo por 60 dias, prorrogáveis pelo mesmo prazo. Se o CNMP entender, ao fim do processo, que o cargo dele é vitalício, mas quiserem aplicar a pena máxima, deverão mover ação judicial pedindo a demissão do cargo.

As denúncias contra o ex-senador e procurador de Justiça surgiram a partir de investigações da Polícia Federal (PF) sobre o esquema de Carlinhos Cachoeira. Diversas escutas telefônicas feitas pela PF mostram que Demóste-

nenas Torres era muito próximo do empresário e de outros membros da quadrilha e atuaria como uma espécie de lobista do grupo. Em função dessas denúncias, ele teve o mandato de senador cassado pelo próprio Senado e uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi aberta para apurar também o envolvimento de outros parlamentares com o esquema.

Em relação ao sigilo, Plenário do CNMP decidiu que julgamento do processo contra Demóstenes Torres será público, medida que sequer a CPI do Cachoeira tinha tomado. Novos áudios foram revelados na sessão do Conselho.

Constrangimento

Os pedidos de afastamento de Demóstenes e de abertura de investigação foram encaminhados ao Conselho por 82 promotores de Justiça, procuradores da República e procuradores do Trabalho com atuação em Goiás.

O grupo se disse constrangido com o retorno de Demóstenes ao cargo de procurador.

Corregedoria apura violação de deveres funcionais

Demóstenes Torres foi afastado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público de Goiás (CGMP-GO). O processo administrativo para apuração de violação ou não de deveres funcionais foi aberto em 10 de outubro, baseado nas informações da Operação Monte

Carlo. Com essa decisão, a Corregedoria do MP de Goiás se antecipou ao procedimento encaminhado no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que pediu o afastamento de Demóstenes do cargo.

Segundo a Corregedoria, quando

Demóstenes retornou às funções de procurador, em julho, foi instaurado processo para coletar informações que pudessem viabilizar a abertura de processo administrativo disciplinar, efetivado agora. Ele ficará afastado até o julgamento definitivo do processo.



Justiça “julgou menos” no ano passado, segundo o Conselho Nacional

Embora com menor quantidade de processos no ano passado, os juízes brasileiros julgaram menos. Relatório divulgado no dia 29 de outubro pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que a carga de trabalho dos juízes foi em média de 4.594 processos em 2011. Esse número é 12% inferior ao de 2010. Foram julgadas 1.179 ações, o que representou queda de 14,3%.

Quase 90 milhões de processos tramitaram em 2011 no Judiciário brasileiro. Desses, 63 milhões estavam pendentes desde o início do ano e 26 milhões eram casos novos. Segundo o conselheiro José Guilherme Vasi Werner, “o número é avassalador. Os casos novos têm apresentado majoração a cada ano. É importante para mostrar que a litigiosidade do brasileiro tem aumentado”, destacou, durante a divulgação da pesquisa.

A Justiça brasileira tem 17 mil juízes e 366 mil servidores. Isso representa média de 8,8 magistrados para

cada grupo de 100 mil habitantes. “Os números assustam e os estrangeiros chegam a pensar que é um erro de tradução, porque nenhum país tem volume tão grande processos judiciais”, afirma Werner. Entre os maiores demandantes estão os setores público, bancário e de telefonia.

De acordo com a pesquisa, a Justiça estadual de São Paulo teve uma das maiores taxas de congestionamento do país. Esse índice indica os processos que não conseguiram ser resolvidos. A taxa paulista foi de 80% e a nacional foi de 71,2%. Ou seja, sete de cada dez ações que tramitaram em 2011 não foram concluídos.

Segundo a pesquisa, as despesas totais do Judiciário em 2011 chegaram a 50,4 bilhões, valor 1,5% superior ao gasto em 2010. A maior despesa foi com recursos humanos, que consumiu R\$ 45,2 bilhões, ou 89,7% do total.



TJMG é o 16º no ranking

Embora tenha o terceiro maior orçamento entre os tribunais de Justiça do país, a corte mineira (TJMG) ficou em 16º lugar no ranking das que mais liberaram sentenças por magistrado. Os 1.355 juízes em atuação no Estado produziram, em 2011, 1.041 decisões cada, enquanto a média nacional foi de 1.392.

A baixa produtividade dos magistrados mineiros chamou a atenção do próprio CNJ, que, no texto, destacou o quadro. “Verificamos que o TJMG, embora possua total de magistrados 72% maior que o TJRJ, possui número de sentenças por

magistrado 64% menor”, diz o texto, em referência ao Tribunal do Rio de Janeiro.

A Justiça estadual mineira é, segundo o relatório, mais lenta do que em outras 15 unidades da Federação. Os melhores desempenhos ficam com o Rio de Janeiro – 2.913 sentenças por magistrado – e o Rio Grande do Sul, com 2.427.

Para o conselheiro do CNJ José Guilherme Werner, os resultados do TJMG estão abaixo dos demais tribunais de grande porte por causa da má administração dos recursos disponíveis. “Nós fizemos um ranking de eficiên-

cia, em que comparamos todos os estados. E nós percebemos que, se houvesse melhor gestão, o número de processos solucionados em Minas poderia ser maior”, apontou.

Quando se leva em conta a quantidade de processos baixados por magistrado, Minas vai para o 13º lugar, com média de 1.144. Nesse quesito, a melhor colocação também é do Rio de Janeiro – 2.974. Com relação ao orçamento, os R\$ 2,8 bilhões autorizados para o TJMG representam 10,6% do montante nacional – aumento de 7,4% em relação ao ano anterior.

Os 1.355 juízes em atuação no Estado produziram, em 2011,

1.041 decisões

cada, enquanto a média nacional foi de **1.392**



Comissão Nacional da Verdade quer criação de núcleos nos estados

“O objetivo é “estimular a cidadania para que se constitua uma perene rede de defesa dos valores da sociedade autenticamente democrática”

A Comissão Nacional da Verdade cujo trabalho é voltado para apurar graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos entre 1964 e 1988 durante a ditadura militar, está solicitando apoio dos governadores para a criação de comissões da verdade nos estados. Encaminhou ofício a governadores de 21 unidades da federação solicitando o engajamento na criação das comissões, juntamente com apoio das assembleias legislativas.

Das 27 unidades da Federação, até o fechamento desta edição, apenas Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul possuíam comissões da Verdade criadas pelo Executivo ou Legislativo.

Segundo a Comissão da Verdade, o objetivo é “estimular a cidadania para que se constitua uma perene rede de defesa dos valores da sociedade autenticamente democrática”.

Dos estados que ainda não instalaram suas comissões, sete

estão elaborando projetos de lei, decreto do Executivo ou debatendo a questão no Legislativo. É o caso do Paraná, Pará, Paraíba e de Sergipe. Em Mato Grosso, Rio de Janeiro e Santa Catarina, o debate ocorre no Legislativo estadual.

Foi publicado em 2 de outubro, no Diário Oficial da União, Resolução da Comissão da Verdade que estabelece parâmetros para acordos de cooperação com as demais comissões abertas no país de natureza semelhante.

PL prevê que esporte e leitura podem reduzir pena de condenados

Ampliar o conceito de “estudo” é o objetivo dos ministérios da Educação e da Justiça para efeitos de remição de pena. Conforme lei, a cada 12 horas de estudo, o preso tem direito a diminuir um dia de prisão.

Nota técnica elaborada pelos mi-

nistérios orienta que atividades como esporte, leitura, cursos e oficinas sejam consideradas como estudo. Na lei, são citadas apenas os cursos de ensinos Fundamental, Médio e Superior, além da requalificação profissional.

As várias interpretações sobre o

que é “atividade educacional” para a remição da pena motivaram o parecer, segundo Mara Barreto, coordenadora-geral de reintegração social e ensino do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), vinculado ao Ministério da Justiça.

Objetivo

O texto foi enviado aos conselhos nacionais de Justiça, do Ministério Público, de Educação e de Política Criminal e Penitenciária. O objetivo é que o documento seja ratificado. No caso do CNJ, espera-se que seja emitida recomendação aos juízes de execução para que apliquem o entendimento.

Para que a atividade permita a redução da pena, é necessário que obedeça a certas características: indicar a instituição responsá-

vel, os educadores envolvidos, objetivos, teoria e metodologia aplicada, carga horária, conteúdo e modo de avaliação.

Não vale, por exemplo, o preso estar jogando futebol, ou treinando, e isso ser considerado para remição da pena. Tem de ser um projeto de educação além do ensino regular, com critérios e inserido em um projeto político-pedagógico, completa Mara Barreto.

Apenas 10% da população

carcerária estão envolvidos em projetos educacionais. Quando se fala em remição pelo trabalho, que já existia antes de 2011, o índice aumenta para 22%.

Entre as dificuldades apontadas por Mara para o aumento do estudo na prisão, estão a falta de espaço. Há déficit de vagas, de salas de aula, de pessoal para conduzir os presos às aulas, além da ausência de interesse dos próprios presos.

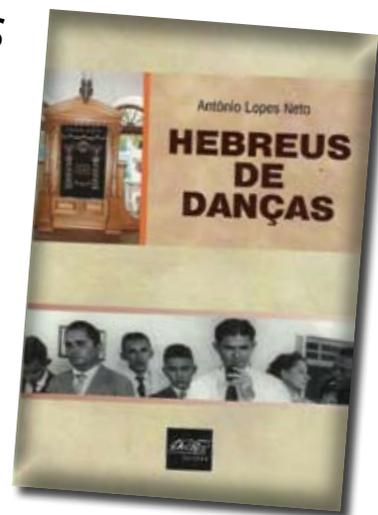
Não vale, por exemplo, o preso estar jogando futebol, ou treinando, e isso ser considerado para remição da pena. Tem de ser um projeto de educação além do ensino regular

Lopes Neto lança *Hebreus de Danças*

Hebreus de Danças é mais uma obra do procurador de Justiça aposentado Antônio Lopes Neto, que sai pela Del Rey Editora. Segundo o professor Rogério Greco, também procurador de Justiça, que fez o prefácio da obra, “esse trabalho não é só um resgate das origens dos Nunes. Mais do que isso... nos fornece preciosas lições históricas, fazendo-nos entender os motivos pelas quais os judeus ficaram dispersos, principalmente após a destruição de Jerusalém, no ano 70 d.C, pelos romanos”.

O corregedor-geral do MP mineiro, procurador de Justiça Luiz Antônio Sasdeli Prudente, apresenta as facetas essenciais do autor, sua integridade e seu protagonismo na defesa do consumidor, muito antes da vigência do Código, com o livro, de 1987, *Teoria e prática da ação civil pública: comentários à Lei nº 7.347/85*, em parceria com o promotor de Justiça José Maria Zucheratto, pela Saraiva.

Antônio Lopes é membro da Academia Pouso-alegrense de Letras.



Rojas aborda em livro participação popular e MP

O procurador de Justiça Rodrigo Cançado Anaya Rojas lançou, em 18 de outubro, o livro *Participação Popular e o Ministério Público no Brasil: Defesa do Regime Democrático e dos Interesses Metaindividuais no Marco de Uma Teoria Crítica dos Direitos Humanos*, pela Arraes Editores.

O livro aborda a viabilidade de atuação do

Ministério Público brasileiro na consolidação e efetivação de direitos humanos.

Rodrigo Rojas é mestre em Processo Civil pela PUC Minas, mestre em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilha/Espanha e doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pela mesma universidade.



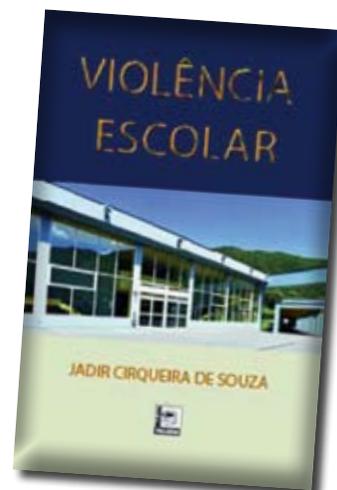
Violência escolar é tema de obra de Jadir Cirqueira

O promotor de Justiça de Uberlândia Jadir Cirqueira de Souza lançou, no dia 19 de outubro, o livro *Violência Escolar*. O autor procura “entrelaçar os principais paradigmas da educação e do direito na perspectiva da violência escolar”.

Inicialmente, apresenta os problemas da educação, que contribuem para a existência de atos infracionais e graves situações de indisciplina

na que prejudicam o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, além de gerarem conflitos entre professores, alunos e famílias.

Segundo Cirqueira, “milhares de alunos que ingressam no sistema educacional são duplamente vitimizados, seja pelos maus-tratos na família e em sociedade, seja pela ausência e/ou insuficiência da rede municipal de proteção integral”.



CNPG apresenta publicação sobre pensamento institucional do MP

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) publicou o primeiro livro da entidade intitulado *Ministério Público - O pensamento institucional contemporâneo*. O objetivo da obra é agregar em um volume artigos de todos os segmentos do Ministério Público brasileiro com vistas a apresentar para a sociedade o pensamento institucional contemporâneo.

O livro traz diversos temas que demonstram as atribuições que o MP brasileiro tem segundo a Constituição e leva em considera-

ção que cada Ministério Público possui uma mensagem diferente, representativa de seus desafios fundamentais, sendo impreterível a publicidade de seus princípios.

A obra propõe-se a difundir o papel do CNPG e do Ministério Público junto à sociedade por meio da construção de uma doutrina materializada, através da produção intelectual de membros oriundos de todas as partes do país. Registra o pensamento contemporâneo e contribui para a reflexão e análise dos desafios que a instituição enfrenta atualmente.



Carlos Eduardo Miranda tem trabalho premiado em congresso



▲ Os cardiologistas Carlos Eduardo e Cláudia Madeira, autores do trabalho

O cardiologista Carlos Eduardo Souza Miranda, do corpo clínico do Hospital Madre Teresa e da AMMP-Saúde, teve trabalho premiado no XXII Congresso da Sociedade Mineira de Cardiologia, cujo tema foi “Prevenção e detecção precoce das doenças cardiovasculares”, realizado em julho, em Belo Horizonte. Participaram 180 palestrantes mineiros e convidados nacionais em 58 sessões científicas.

O trabalho de Carlos Eduardo, intitulado “Características de pacientes com

assistolia durante teste de inclinação ortostática” foi feito em parceria com os médicos Cláudia Madeira Miranda e Mittermayer Reis Brito.

Segundo Carlos Eduardo, “um evento como esse representa importante fonte de troca de experiência e reciclagem entre os cardiologistas do interior e os especialistas dos grandes serviços de cardiologia de Belo Horizonte. O Hospital Madre Teresa figura entre os principais, como comprova a premiação”.

Câncer de mama: guerra além do Outubro Rosa

O mês de outubro é, anualmente, marcado pela luta contra o câncer de mama. Conhecido como Outubro Rosa, o movimento visa mobilizar as mulheres para prevenção do segundo tipo mais frequente da doença no mundo inteiro. O alerta, no entanto, deve avançar nos meses subsequentes.

Surgido em 1997 na Califórnia, o Outubro Rosa vem ganhando adeptos a cada ano. No Brasil, governos municipais, estaduais e federal também se juntaram à luta em um plano nacional de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de mama e também de colo de útero. Monumentos de todo o mundo foram iluminados de cor-de-rosa para motivar a

população a se prevenir a doença.

Estimativas do Instituto Nacional do Câncer (Inca) apontam a ocorrência de aproximadamente 518.510 casos novos de câncer para 2012 no Brasil, sendo 53 mil somente de mama. São três mil a mais do que no ano passado.

O médico oncologista e diretor do Cetus-hospital em Betim, Charles Pádua, destaca a importância da prevenção e da realização periódica do autoexame. “O mais difícil é mudar a cultura das pessoas. O Brasil pode mudar sua triste estatística, mas isso somente será possível com investimentos, conscientização e campanhas efetivas”, comenta.

Em 2011, o Ministério da Saúde anunciou investimentos de R\$ 4,6 bilhões em prevenção e diagnóstico até



2014. A expectativa é de que mais mulheres de Norte a Sul do país possam se informar e diagnosticar precocemente o câncer de mama.

Medicamentos

Desde junho, uma das drogas mais eficazes no tratamento, porém de elevado custo, o Trastuzumabe, foi incorporado à lista do Sistema Único de Saúde (SUS). O Ministério da Saúde garantiu investir R\$130 milhões/ano para disponibilizá-lo à população. Durante o 46º Congresso da Sociedade

Americana de Oncologia Clínica (Asco), realizado em Chicago, uma nova droga, o T-DM1, foi o centro das atenções.

Desenvolvida por uma empresa farmacêutica suíça, foi bastante discutida e considerada uma revolução da oncologia. No Brasil, a perspectiva é de que o T-DM1 seja liberado para comercialização no ano que vem.

Para mais informações, deve-se procurar um especialista.



AMMP-Saúde obtém autorização definitiva de funcionamento

A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) concedeu no último dia 7 de novembro a autorização definitiva de funcionamento da AMMP-Saúde (Associação Mi-

neira de Assistência à Saúde dos Membros do Ministério Público), conforme publicação no Diário Oficial da União.

O ato reconhece o cumprimento

das rigorosas exigências legais impostas às operadoras de planos de saúde privados e atesta o eficiente funcionamento da AMMP-Saúde no atendimento dos usuários.

Quase deuses



ARQUIVO PESSOAL

O pano de fundo: a Baltimore (EUA) dos anos 40. O contexto social: fortíssimo preconceito, no auge da segregação racial.

A história: um médico bem conceituado e seu assistente-amigo, ambos trabalhando no hospital Johns Hopkins. Aquele branco, esse negro. Enfrentando todos os obstáculos e escassez de *know-how* próprios da época, lutam para salvar crianças que padecem de doenças cardíacas. Utilizam de um laboratório tosco, mas eficaz, e cães como cobaias. Desenvolvem uma técnica *sui generis* de arriscado procedimento cirúrgico do coração. A dupla acaba premiada. O primeiro reconhecido e condecorado pela classe médica como pioneiro da técnica. O segundo aceito como professor no famoso hospital-escola, embora nunca houvesse cursado medicina, pois na verdade era um habilidoso carpinteiro.

Esse é o enredo de um belíssimo filme que não canso de assistir. Dirigido por Joseph Sargent e protagonizado por Alan Rickman (de Harry Potter), que interpreta o médico Dr. Alfred Blalock. Ao seu lado, o também brilhante ator Mos Def, que vive o assistente negro Vivien Thomas (Uma Saída de Mestre).

O título original do filme é “Something The Lord Made”, que traduzido ao pé da letra poderia ser: “O que o senhor fez”. Ou seja, uma ação divina. Os editores brasileiros preferiram o título “Quase deuses”, que também traduz bem a idéia original. Chama a atenção não somente o resultado alcançado pelos personagens, mas o COMO eles conseguiram, vencendo todos os obstáculos próprios da época. É isso que faz deles quase deuses.

Das muitas reflexões que o filme proporciona, faço aqui uma sobre o potencial extraordinário que muitos têm de realizar para viver, mas que quase nunca é noticiado. Não tenho conhecimento de que um cineasta o tenha transportado para as telas. E me refiro aos feitos de pessoas simples, anônimas, do dia a dia, que passam despercebidas da mídia e seus estardalhaços do horário nobre.

Hoje em dia não temos as barreiras sociais do preconceito com as dimensões de Baltimore daquela época; não temos as dificuldades da falta do conhecimento tecnológico. Por outro lado, vivemos os dias do corre-corre, da competição generalizada, do distancia-

mento da ética, da necessidade de vencer a qualquer custo, da supervalorização do TER em detrimento do SER, do status a ser apresentado. Nesse contexto, somente sobrevive o ‘quase deus’ que tem de realizar milagres para se manter honestamente.

Penso no pai de família que trabalha exaustiva e incansavelmente durante trinta dias, de sol a sol, e quando chega ao caixa recebe apenas um salário mínimo. Consegue distribuir o minguaço de dinheiro em pequenas frações para alimentação, habitação, saúde, transporte, educação. E não se deixa levar pelo lucro fácil da desonestidade, do ganho ilícito, da lucrativa ilusão com o tráfico de drogas. Isso não é um milagre? Esse pai de família é um “quase deus”.

Lembro do adolescente que diz NÃO às drogas; que prefere ser tachado de careta, mas não se contamina e não se entrega ao vício das drogas, do álcool e do tabaco. Que não se envolve nas gangues, não faz parte dos arrastões e não se emprega na “correria”. Não vende sua saúde e sua inteligência nas noitadas e baladas. Não esconde dos pais os atos e atitudes. Ao contrário, mesmo em meio às ofertas e investidas das más companhias, opta por uma vida dedicada aos estudos e ao preparo do futuro. Namora com responsabilidade e confiabilidade. Isso é um feito extraordinário, digna de um deus que opera milagres.

Pousa em minha mente o aposentado pela idade avançada ou precocemente encostado em razão de uma doença ou deficiência. Depois de ter dedicado uma vida ao labor, agora, no momento de desfrutar o merecido descanso, não pode porque tem de trabalhar para complementar o orçamento da família, sustentar os netos que cria, cuidar do cônjuge inválido e prostrado numa cadeira de rodas ou numa cama. Daquele septuagenário que uma vez ao mês acorda de madrugada para garantir vaga na fila do atendimento bancário e sacar as migalhas que o Estado lhe manda a título de aposentadoria. Que mendiga uma consulta médica pelo SUS e depois gasta expressiva parte da aposentadoria pagando a

conta na farmácia. E vai levando a vida! Esse é quase um deus, de tanto milagre que tem de fazer.

Cito o micro ou pequeno empresário que faz das tripas o coração para manter seu estabelecimento comercial ou de prestação de serviços sem requerer a falência. Chega ao final do mês, com o balanço em mãos, constata que o ‘Leão’ mordeu quase todo seu lucro. Pensa e repensa antes de dispensar um funcionário, mas chega o momento de fazê-lo com o grande pesar de colocar no olho da rua um trabalhador experiente e valioso. Em um último fôlego pseudo-salvador, lança mão de um empréstimo bancário, se sujeitando às taxas de juros estratosféricas, desumanas e imorais. Depara-se depara diante da absurda decisão de ter de escolher qual boleta do fornecedor vai pagar no vencimento e qual ficará para depois com os acréscimos tirados dos lucros. Com o coração apertado, pega os cheques pré-datados recebidos dos clientes e os troca por valores inferiores com os agiotas, hoje institucionalizados pelo direito mercantil como *factoring*. Mas jamais troca a consciência honesta pela balança de um quilo que pesa novecentos gramas. Nunca se vale do marketing sujo de iludir o consumidor com promessas e vantagens de oferecer mercadorias ou serviços de má qualidade como se fossem originais. Não aceita emitir notas fiscais aquém do valor real para sonegar impostos. Esse empresário é um minideus, ou quase deus. Faz milagres!

Também hoje é um quase deus o servidor público, o gestor e o legislador eleito pelo povo que terminantemente não aceita a peita, o suborno, o tráfico de influência. Que não tem seu nome citado pela imprensa em notícia de corrupção. É um milagre, mas existem muitos trabalhando em repartições públicas que vivem exclusivamente do que recebem no contracheque. Não ostentam riquezas incompatíveis com os ganhos. Não trocam atos de ofícios por favores, viagens paradisíacas ou carrões do ano. Não abusam do poder e jamais omitem no dever de agir. Servidores dedicados, humildes, prestativos, atenciosos e solícitos para com o cidadão que depende do serviço prestado

pelo ente público. Existem, sim, os que cumprem horários de trabalho rigorosamente; não penduram o paletó na cadeira e só aparecem na repartição no fim do mês para buscar o salário; não usam da “máquina” em benefício próprio ou alheio.

Faz milagre o pequeno produtor rural que não desanima diante da seca ou da inundação. Não desiste de produzir, mesmo competindo com a praga incontrolável e com os defensivos agrícolas nocivos à saúde. É admirável aquele que acredita nas promessas do governo em lhe subsidiar na época da colheita, quando os preços dos seus produtos caem no mercado. Ainda tem o sitiante ou fazendeiro que resiste ao canto da sereia bancária oferecendo linhas de (des)crédito com carência de vários anos, pois sabem que na assinatura da cédula pignoratícia a propriedade fica de garantia. No final, se não pagar, o banco estará mais rico. É um milagre.

Como milagres não acontecem a toda hora, é difícil de ver, mas existe a linha editorial da imprensa que preza pela notícia exata, baseada em fonte confiável, sabendo que qualquer publicação é como a palavra que sai da boca e jamais retorna. Prefere o iobo em baixa, mas não divulga sensacionalismo, não faz da desgraça alheia caminho para venda de jornais com matéria de primeira página ou notícia de primeira mão. Esse é um órgão da imprensa que desafia as dificuldades do presente século e pode ser classificado como um quase deus.

Poderia citar vários outros heróis quase deuses, vivendo esse início de milênio de maneira digna. É o profissional liberal, o estudante, a dona de casa, o artista, etc. É aquele que tem um objetivo na vida e o busca pelo caminho estreito, tortuoso e difícil da honestidade em meio às tentações de um viver ilícito, indigno e imoral. Como o Dr. Alfred e Vivien, fazem milagres driblando os preconceitos e as dificuldades, mas vencem com méritos. São quase deuses.

Prepare a pipoca, e aproveite o filme. Mas aprenda a lição que ele passa.

(*)PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TEÓFILO OTONI

Super Master é bicampeão do Nacional de Futebol Society

Fotos: AIVSON SIMPLICIO



A equipe Super Master da AMMP sagrou-se bicampeã no 9º Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, realizado dias 15, 16 e 17 de novembro no Rio Quente Resort, em Goiás. A final foi contra o time do Rio Grande do Sul. Além do título, a equipe teve o artilheiro

– Hélvio Simões Vidal, com oito gols. O segundo lugar ficou com o Rio Grande do Sul e o terceiro com o Paraná. Na categoria Master, a AMMP ob-

teve a quarta colocação, ficando o primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente, com as equipes do Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Santa Catarina.

O time da categoria Força Livre levou o título da Copa AGMP, que é uma disputa simultânea dentro do Torneio Nacional, cabendo o segundo e terceiro lugares ao Amapá e Paraíba.

Cerca de 700 membros do MP de 18 estados e do Distrito Federal participaram da competição, que é uma promoção anual da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). Além da disputa de futebol society, a Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), organizadora do evento neste ano, promoveu campeonatos em outras três modalidades: sinuca, tênis de quadra e tênis de mesa.

9º Torneio de Tênis é adiado

O 9º Torneio de Tênis da AMMP, marcado para os dias 10 e 11 de novembro, foi adiado por causa da chuva. O modelo da disputa é o mesmo do ano passado.

A competição será na Academia Lob, no Bairro Estoril, em Belo Horizonte, em data a ser marcada posteriormente.

Outras informações na Academia da AMMP, pelo telefone (31) 2105-4872.



AMMP promove Dia das Crianças

Fotos: MARIA DO SOCORRO MATTOS



A Associação Mineira do Ministério Público promoveu no dia 20 de outubro festa em comemoração ao Dia das Crianças.

Além do show com a banda Pirocóptero, a criançada se divertiu com brinquedos montados no parque esportivo.